



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**27/06/2012**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. EVENTOS.....	1
1.2. SEM ASSUNTO.....	2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. EVENTOS.....	3
2.2. SEM ASSUNTO.....	4 - 5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. SEM ASSUNTO.....	6
4. JORNAL EXTRA	
4.1. CNJ.....	7
4.2. SEM ASSUNTO.....	8
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. PRISÃO.....	9
5.2. SEM ASSUNTO.....	10
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. SERVIDORES.....	11 - 12
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AÇÕES TJMA.....	13
7.2. CNJ.....	14
7.3. DECISÕES.....	15 - 18
7.4. EVENTOS.....	19
7.5. SEM ASSUNTO.....	20 - 21
7.6. SERVIDORES.....	22 - 23

## Direito penal

Com o tema “Crime organizado e organizações criminosas”, a promotora de Justiça Ana Luiza Almeida Ferro, titular da 14ª Promotoria de Justiça Criminal, apresenta conferência, no próximo dia 29, às 14h, na I Jornada de Direito Penal da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, em Manaus. O evento é organizado pela Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), do Poder Judiciário e reunirá diversos conferencistas (professores e professores-doutores) da área do Direito, de vários estados do Brasil.

... O juiz Celso Serafim Júnior, titular de São Pedro da Água Branca, assinou uma Portaria na qual determina que as autoridades competentes do município desenvolvam, pelo prazo de 90 dias, uma campanha de conscientização e educação de respeito às leis do trânsito...

... Ele determinou também que, depois da campanha, sejam feitas fiscalizações ao cumprimento das normas de circulação e segurança, bem como a verificação do porte de documentação obrigatória...

... Sobre a fiscalização, o documento versa que a 'blitz' ocorra pelo menos uma vez entre a segunda-feira e a sexta-feira e, também, pelo menos uma vez no final de semana.

## Problemas do sistema de Saúde serão tema de Fórum do Tribunal de Justiça

As deficiências na prestação de serviço envolvendo a área de Saúde nos setores público e privado são temas de discussão entre os órgãos do Judiciário nacional. Em nível estadual, o Tribunal de Justiça (TJMA) vai participar intensamente dos debates a partir do I Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde do Maranhão: A Justiça faz bem à saúde, programado para o segundo semestre.

A realização do evento foi definida ontem, durante reunião entre o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e a coordenação do evento, que tem à frente o vice-diretor da Escola Superior da Magistratura (Esmam), juiz João Santana Sousa.

Entre as justificativas apontadas para efetivação do Fórum está a necessidade de os juízes estarem devidamente capacitados para dirimir conflitos nessa área, não apenas com o domínio do conhecimento jurídico, mas com informações complementares de outros segmentos.

O objetivo é atualizar e

aprimorar magistrados, promotores, procuradores, defensores públicos, secretários, profissionais e gestores de saúde sobre o acesso e o atendimento prestado pela saúde pública e suplementar, além das demandas atuais do Poder Judiciário diretamente vinculadas a essas temáticas.

A relevância do assunto levou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a editar a Resolução nº 107, de junho de 2010, que instituiu o Fórum Nacional do Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde, como fornecimento de medicamentos, tratamentos e solicitação de leitos, entre outras questões.

Temáticas - O Fórum será organizado pela Esmam e entre os temas a serem discutidos estão Políticas Públicas estaduais na área de saúde; Panorama de acesso; Panorama das agências reguladoras; Orçamento público para o setor; Judicialização da saúde e efeitos dos processos judiciais na prestação do atendimento suplementar; e contratos com prestadoras de serviço de saúde.

# Aprovado projeto que reajusta vencimentos de servidores do Poder Judiciário

O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na manhã de ontem, o Projeto de Lei nº 136/12, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos efetivos, estáveis, cargos comissionados e funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. **PÁGINA 3**

# Aprovado projeto que reajusta vencimentos de servidores do Poder Judiciário

O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na manhã de ontem, o Projeto de Lei nº 136/12, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos efetivos, estáveis, cargos comissionados e funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Antes da votação em Plenário, o projeto, encaminhado pela mensagem nº 002/2012, de autoria do Po-

der Judiciário, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle e da Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações do Trabalho.

O projeto do Judiciário, aprovado por unanimidade nas três comissões técnicas da Assembleia e em seguida aprovado no Plenário da

Casa, diz em seu Artigo 1º que os vencimentos dos cargos efetivos, estáveis, cargos comissionados e funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão ficam reajustados em 6,34% a partir de 1º de março de 2012. O Artigo 2º do projeto diz que as despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Orça-

mento do Tribunal de Justiça do Maranhão. O Artigo 3º diz que a implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no Art. 169 da Constituição do Estado e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O 4º e último Artigo do projeto diz que esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2012.

**PROBLEMAS**

# Sistema de saúde serão tema de Fórum do TJ



**Guerreiro Júnior e membros do comitê discutem detalhes do Fórum**

As deficiências na prestação de serviço envolvendo a área de saúde nos setores público e privado são temas de discussão entre os órgãos do Judiciário nacional. Em nível estadual, o Tribunal de Justiça (TJMA) vai participar intensamente dos debates a partir do I Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde do Maranhão: A Justiça faz bem à saúde, programado para o segundo semestre.

A realização do evento foi definida nesta terça-feira (26) durante reunião entre o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e a coordenação do evento, que tem à frente o

vice-diretor da Escola Superior da Magistratura (Esmam), juiz João Santana Sousa.

Entre as justificativas apontadas para efetivação do Fórum está a necessidade de os juízes estarem devidamente capacitados para dirimir conflitos nessa área, não apenas com o domínio do conhecimento jurídico, mas com informações complementares de outros segmentos.

O objetivo é atualizar e aprimorar magistrados, promotores, procuradores, defensores públicos, secretários, profissionais e gestores de saúde sobre o acesso e o atendimento prestado pela saúde pública e suplementar,

além das demandas atuais do Poder Judiciário diretamente vinculadas a essas temáticas.

A relevância do assunto levou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a editar a Resolução nº 107, de junho de 2010, que instituiu o Fórum Nacional do Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde, como fornecimento de medicamentos, tratamentos e solicitação de leitos, entre outras questões.

Temáticas - O Fórum será organizado pela Esmam e entre os temas a serem discutidos estão Políticas Públicas estaduais na área de saúde; Panorama de acesso; Panorama das agências reguladoras; Orçamento público para o setor; Judicialização da saúde e efeitos dos processos judiciais na prestação do atendimento suplementar; e contratos com prestadoras de serviço de saúde.

Participaram da reunião o juiz Raimundo Nonato Neris (5ª Vara da Fazenda Pública), Isabel Cristina Araújo (defensora pública), Silvia Raimunda Costa e Egídio Ribeiro (Secretaria de Estadual de Saúde), e servidores da Escola de Magistratura. Eles são membros do Comitê Executivo do Maranhão, que é composto por profissionais de órgãos judiciários e gestores de saúde.

## TRISTE PODER JUDICIÁRIO

Marco Antonio Villa\*

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) é formado por 33 ministros. Foi criado pela Constituição de 1988. Poucos conhecem ou acompanham sua atuação, pois as atenções nacionais estão concentradas no Supremo Tribunal Federal. No site oficial está escrito que é o tribunal da cidadania. Será?

Um simples passeio pelo site permite obter algumas informações preocupantes.

O tribunal tem 160 veículos, dos quais 112 são automóveis e os restantes 48 são vans, furgões e ônibus. É difícil entender as razões de tantos veículos para um simples tribunal. Mais estranho é o número de funcionários. São 2.741 efetivos.

Muitos, é inegável. Mas o número total é maior ainda. Os terceirizados representam 1.018. Desta forma, um simples tribunal tem 3.759 funcionários, com a média aproximada de mais de uma centena de trabalhadores por ministro!! Mesmo assim, em um só contrato, sem licitação, foram destinados quase R\$2 milhões para serviço de secretariado.

Não é por falta de recursos que os processos demoram tantos anos para serem julgados. Dinheiro sobra. Em 2010, a dotação orçamentária foi de R\$940 milhões. O dinheiro foi mal gasto. Só para comunicação e divulgação institucional foram reservados R\$11 milhões, para assistência médica a dotação foi de R\$47 milhões e mais 45 milhões de auxílio-alimentação. Os funcionários devem viver com muita sede, pois foram destinados para compra de água mineral R\$170 mil. E para reformar uma cozinha foram gastos R\$114 mil. Em um acesso digno de Oswaldo Cruz, o STJ consumiu R\$225 mil em vacinas. À conservação dos Jardins - que, presumo, devem estar muito bem conservados - o tribunal reservou para um simples sistema de irrigação a módica quantia de R\$286 mil.

Se o passeio pelos gastos do tribunal é aterrador, muito pior é o cenário quando analisamos a folha de pagamento. O STJ fala em transparência, porém não discrimina o nome dos ministros e funcionários e seus salários. Só é possível saber que um ministro ou um funcionário (sem o respectivo nome) recebeu em certo mês um determinado salário bruto. E só. Mesmo assim, vale muito a pena pesquisar as folhas de pagamento, mesmo que nem todas, deste ano, estejam disponibilizadas. A média salarial é muito alta. Entre centenas de funcionários efetivos é muito difícil encontrar algum que ganhe menos de 5 mil reais.

Mas o que chama principalmente a atenção, além dos salários, são os ganhos eventuais, denominação que o tribunal dá para o abono, indenização e antecipação das férias, a antecipação e a gratificação natalinas,

pagamentos retroativos e serviço extraordinário e substituição. Ganhos rendosos. Em março deste ano um ministro recebeu, neste item, 169 mil reais. Infelizmente há outros dois que receberam quase que o triplo: um, R\$404 mil; e outro, R\$435 mil. Este último, somando o salário e as vantagens pessoais, auferiu quase meio milhão de reais em apenas um mês! Os outros dois foram "menos aquinhoados", um ficou com R\$197 mil e o segundo, com 432 mil. A situação foi muito mais grave em setembro. Neste mês, seis ministros receberam salários astronômicos: variando de R\$190 mil a R\$228 mil.

Os funcionários (assim como os ministros) crescem ao salário (designado, estranhamente, como "remuneração paradigma") também as "vantagens eventuais", além das vantagens pessoais e outros auxílios (sem esquecer as diárias). Assim, não é incomum um funcionário receber R\$21 mil, como foi o caso do assessor-chefe CJ-3, do ministro 19, os R\$25,8 mil do assessor-chefe CJ-3 do ministro 22, ou, ainda, em setembro, o assessor chefe CJ-3 do desembargador 1 recebeu R\$39 mil (seria cômico se não fosse trágico: até parece identificação do seriado "Agente 86").

Em meio a estes privilégios, o STJ deu outros péssimos exemplos. Em 2010, um ministro, Paulo Medina, foi acusado de vender sentenças judiciais. Foi condenado pelo CNJ. Imaginou-se que seria preso por ter violado a lei sob a proteção do Estado, o que é ignóbil. Não, nada disso. A pena foi a aposentadoria compulsória. Passou a receber R\$25 mil. E que pode ser extensiva à viúva como pensão. Em outubro do mesmo ano, o presidente do STJ, Ari Pargendler, foi denunciado pelo estudante Marco Paulo dos Santos. O estudante, estagiário no STJ, estava numa fila de um caixa eletrônico da agência do Banco do Brasil existente naquele tribunal. Na frente dele estava o presidente do STJ. Pargendler, aos gritos, exigiu que o rapaz ficasse distante dele, quando já estava aguardando, como todos os outros clientes, na fila regulamentar. O presidente daquela Corte avançou em direção ao estudante, arrancou o seu crachá e gritou: "Sou presidente do STJ e você está demitido. Isso aqui acabou para você." E cumpriu a ameaça. O estudante, que dependia do estágio - recebia R\$750 -, foi sumariamente demitido.

Certamente o STJ vai argumentar que todos os gastos e privilégios são legais. E devem ser. Mas são imorais, dignos de uma república bufa. Os ministros deveriam ter vergonha de receber 30, 50 ou até 480 mil reais por mês. Na verdade devem achar que é uma intromissão indevida examinar seus gastos. Muitos, inclusive, podem até usar o seu poder legal para coagir os críticos. Triste Judiciário. Depois de tanta luta para o estabelecimento do estado de direito, acabou confundindo independência com a ganância irresponsável de recursos públicos, e autonomia com prepotência. Deixou de lado a razão da sua existência: fazer justiça.

## Missa de 7º dia do juiz Raimundo Nonato Socoraba Martins Filho

A Corregedoria Geral da Justiça informa que a missa de 7º dia do juiz Raimundo Nonato Socoraba Martins Filho será realizada às 19h da próxima sexta-feira, dia 29 de junho, na Igreja de Santo Antônio, no Centro de São Luís.

O juiz Raimundo Nonato Socoraba Martins Filho morreu na tarde do último sábado, dia 23, vítima de um infarto. O magistrado tinha 66 anos e era titular do 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís.

## ■ OPERAÇÃO

# Após investigações, assaltantes foragidos foram capturados

Investigadores da Polícia Civil da Polinter prenderam o assaltante Carlos Kleiton Nascimento, 24 anos, no Anjo da Guarda, na manhã de ontem. Segundo informações da polícia, contra ele há um mandado de prisão expedido pelo juiz da 3ª Vara Criminal, Raimundo Ferreira Neto, por assalto. No final do ano de 2004, cometeu um assalto na Rua da Vitória, Vila São Luís, Anjo da Guarda, justamente na localidade onde mora.

Carlos Nascimento foi levado para a sede da Polinter, na Vila Palmeira, onde foram feitos os procedimentos de praxes e, logo em seguida, transferido para o Centro de Triagem de Pedrinhas.

Já na cidade de Estreito foi preso Klebson Caetano Evangelista, 34 anos. A prisão se deu em cumprimento de mandado de prisão expedido pela 2ª

Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim, pelo crime de roubo a agência bancária. De acordo com informações policiais, ele estava exercendo a atividade de mototaxista, no Terminal Rodoviário.

A prisão ocorreu ontem, após a polícia ter investigado a ficha criminal dele, pois foi lavrado um Termo Circunstancial de Ocorrência (TCO) contra o assaltante por agressão física, na delegacia.

Segundo o delegado de Polícia Civil de Estreito, Praxísteles Martins, no mês de dezembro de 1998, Klebson e mais dois comparsas conhecidos como Edivaldo Borges Nunes e William Oliveira Sousa, assaltaram o antigo Banco do Estado do Maranhão, na cidade de Mirando do Norte, e, desde então, estavam foragidos

COMBATE

# Lançado plano contra tortura

Após cinco anos de construção, o plano em sua versão final foi elaborado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc) lançou ontem o II Plano Estadual de Ações Integradas para Eradicação da Tortura no Maranhão. O lançamento foi em parceria com o Comitê Estadual de Combate à Tortura (CECT).

Após cinco anos de construção e aprovações, objetivando o seu aperfeiçoamento, o Plano é apresentado na versão final em 2012. Nos três primeiros meses deste ano, o Plano esteve em consulta pública no site da Sedihc para a apreciação da população e para possíveis alterações. A cerimônia ocorreu no auditório da Escola Superior de Defensoria Pública e contou com representantes da Sedihc, do Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Justiça do Maranhão, Defensoria Pública do Estado do Maranhão e Vice-Governadoria.

A medida buscou a realização de ações conjuntas para efetivar a política de direitos humanos no Maranhão. No Plano, são apresentadas as diretrizes, bem como competências e prazos para efetivação destas medidas. A abrangência se estende aos órgãos públicos e à sociedade civil organizada.

O Maranhão é um dos poucos estados que mantiveram efetivo o Comitê de Combate à Tortura como consequência de um esforço significativo das organizações da sociedade civil e de segmentos do poder público. "Esse é um grande avanço para o estado na área dos direitos humanos. Historicamente, o Brasil carrega uma cultura de atos de tortura. Para o enfrentamento, o país ratificou, em 1989, a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos



Luiza Oliveira ressaltou, no lançamento, as principais diretrizes que guiam a produção do plano de combate à tortura



**Esse é um grande avanço para o estado na área dos direitos humanos. Historicamente, o Brasil carrega uma cultura de atos de tortura(...)**

**Luiza Oliveira,**

*sec. estadual de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania*

Desumanos, Cruéis ou Degradantes", informou a secretária estadual de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, Luiza Oliveira.

Esta convenção foi adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1984, e entrou em vigor em 26 de junho de 1987. Estabelecendo uma série de obrigações aos países-membros des-

tinadas a proibir e prevenir a tortura.

É articulado o acompanhamento das vítimas de violação dos direitos humanos e o acompanhamento dos locais de maior enfrentamento e áreas de risco. Também se busca o acompanhamento da família das vítimas, por meio da assistência social.

## Poder Judiciário

### Aprovado projeto que reajusta vencimentos de servidores

O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na manhã desta terça-feira (26), o Projeto de Lei nº 136/12, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos efetivos, estáveis, cargos comissionados e funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Antes da votação em Plenário, o projeto, encaminhado pela mensagem nº 002/2012, de autoria do Poder Judiciário, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle e da Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações do Trabalho. **Página 3**

## Poder Judiciário

### Aprovado projeto que reajusta vencimentos de servidores

O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na manhã desta terça-feira (26), o Projeto de Lei nº 136/12, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos efetivos, estáveis, cargos comissionados e funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Antes da votação em Plenário, o projeto, encaminhado pela mensagem nº 002/2012, de autoria do Poder Judiciário, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle e da Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações do Trabalho.

O projeto do Judiciário, aprovado por unanimidade nas três comissões técnicas da Assembleia e em seguida aprovado no Plenário da Casa, diz em seu Artigo 1º

que os vencimentos dos cargos efetivos, estáveis, cargos comissionados e funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão ficam reajustados em 6,34% a partir de 1º de março de 2012.

O Artigo 2º do projeto diz que as despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O Artigo 3º diz que a implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no Art. 169 da Constituição do Estado e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O 4º e último Artigo do projeto diz que esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2012.

## *Olinda Nova do Maranhão e Cantanhêde doam cestas básicas*

Cestas básicas e impressoras, adquiridas com valores arrecadados por meio de Termos Circunstanciais de Ocorrência (TCOs), foram objetos das doações realizadas pelo Poder Judiciário das Comarcas de Olinda Nova do Maranhão e Cantanhêde. As doações, efetuadas na segunda-feira (25), beneficiaram, respectivamente, 44 e 25 famílias nas unidades. Em Olinda Nova do Maranhão, uma doação anterior, no dia 1º de junho, contemplou outras 16 famílias.

Na comarca, além das cestas básicas, a doação de duas impressoras multifuncionais – uma ao Conselho Tutelar e outra à Delegacia de Polícia – pretendem amenizar a falta de estrutura nas instituições. No caso do conselho, a falta de estrutura é objeto de Ação Civil Pública em fase de apresentação de defesa por parte da Procuradoria do Município, informa a titular da comarca, juíza Anelise Nogueira Reginato. Em relação à delegacia, a magistrada cita a estrutura precária de funcionamento e a falta de delegado titular.

**Cadastro** – Segundo a juíza de Olinda Nova do Maranhão, as famílias beneficiadas com a doação de cestas básicas fazem parte de um cadastro elaborado pela magistrada com a ajuda dos oficiais de justiça da comarca e “são contempladas à medida que vão chegando ao topo

da lista. Uma vez contempladas, passam imediatamente ao final da lista”, esclarece Anelise. A renda familiar e o número de filhos são os critérios utilizados na formação do cadastro.

Nas palavras da juíza, “todas as cestas e impressoras foram adquiridas com dinheiro de transação penal celebrada com o Ministério Público e homologadas pelo juízo em processos envolvendo crimes de lesão corporal e crimes praticados no trânsito, ambos de menor potencial ofensivo”.

A magistrada relata que, nas duas oportunidades, explicou à população a origem dos valores arrecadados e disse que vê neste tipo de ‘alternativas à pena’ uma forma de tentar minimizar o sofrimento e a carência da população. “Ainda que seja um gesto mínimo do Poder Judiciário, quando comparado ao sofrimento e à carência da população, o sorriso de quem recebe uma cesta é muito gratificante. É recompensador”.

**Cantanhêde** – Em Cantanhêde, as doações aconteceram na Escola Hildenora de Gusmão Castelo Branco, de Pirapemas (Termo Judiciário), onde as 25 cestas básicas contendo 13 itens (arroz, farinha, açúcar, café, macarrão, leite, biscoito, óleo, sardinha, extrato de tomate, feijão e papel higiênico, foram entregues às famílias carentes de alunos da instituição.

## CNJ divulga novas regras para embarque de crianças e adolescentes ao exterior

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) alterou os procedimentos para a autorização de viagens ao exterior com crianças e adolescentes. Pela nova regra, o reconhecimento de firma nas autorizações de pais ou responsáveis não precisa ser

feito na presença de um tabelião e passa a se dar por semelhança com o reconhecimento de firma já registrada em cartório. Também foi dispensada a inclusão de fotografia da criança no documento que autoriza a saída do país.

## *Justiça determina promoção de campanhas no trânsito em São Pedro da Água Branca*

O juiz Celso Serafim Júnior, titular de São Pedro da Água Branca, assinou uma Portaria na qual determina que as autoridades competentes do município desenvolvessem, pelo prazo de 90 dias, uma campanha de conscientização e educação de respeito às leis do trânsito. Ele determinou também que, depois da campanha, sejam feitas fiscalizações ao cumprimento das normas de circulação e segurança, bem como a verificação do porte de documentação obrigatória. Sobre a fiscalização, o documento versa que a 'blitz' ocorra pelo menos uma vez entre a segunda-feira e a sexta-feira e, também, pelo menos uma vez no final de semana.

Para elaborar a Portaria, o juiz levou em consideração o grande número de menores envolvidos em atos infracionais análogos aos crimes, bem como serem os jovens as principais vítimas da má educação no trânsito na comarca. Os dados divulgados mostram que cerca de 40% dos óbitos envolvem jovens na faixa etária de 20 a 29 anos. Esse percentual cresce para 62% entre os de 20 e 39 anos.

O magistrado destacou "(...) a inércia dos órgãos competentes no sentido de educar, conscientizar e fiscalizar o cumprimento de normas, para prevenir e reprimir a ocorrência de crimes de trânsito e

acidentes que resultam em lesões corporais graves, gravíssimas e mortes nas vias públicas da circunscrição territorial desta comarca (...)".

"O desrespeito às leis de trânsito mostra-se de forma cabal nos logradouros públicos desta comarca", enfatiza. Outro fator que desencadeou no documento foi o crescente número de ações de indenizações de acidentes de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores (DPVAT).

**Providências** – A Portaria foi endereçada à 5ª Companhia de Polícia Militar, no sentido de firmar parceria com a Justiça e disponibilizar o acesso aos programas desenvolvidos pela PM direcionados para a educação no trânsito. A Prefeitura Municipal, a Secretaria Municipal de Trânsito, a Câmara de Vereadores e a Secretaria de Educação também receberam o documento. Foi sugerida à Prefeitura a contribuição na divulgação de campanha educativa junto aos meios de comunicação e escolas.

O magistrado determina que a campanha tenha início no próximo dia 9 de julho de 2012, data da audiência inaugural da campanha. O Tribunal de Justiça do Maranhão, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública já receberam o documento.

## Julgados mais de mil embargos do “Pauta Zero” das Turmas Recursais

Juízes integrantes das Turmas Recursais Provisórias julgaram, segunda-feira, 1.600 embargos de declaração, recursos estes das decisões proferidas no primeiro “Pauta Zero” das Turmas Recursais, realizado em março. O trabalho do “Pauta Zero” tem como objetivo desafogar as cinco Turmas Recursais da Justiça maranhense, que possuem um grande volume de processos.

Antes de darem início aos julgamentos, os 18 juízes que trabalham no projeto reuniram-se com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha. Na oportunidade, conversaram sobre os procedimentos para o julgamento dos embargos e sobre as próximas datas de realização do “Pauta Zero”.

“Vamos começar a trabalhar com os processos eletrônicos. Faremos o treinamento com vocês sobre o Projudi e seguiremos para as próximas edições do projeto”, comentou o corregedor-geral. As próximas edições do “Pauta Zero” das Turmas Recursais devem ocorrer apenas depois o período eleitoral, mas os juízes já começam a receber os processos ainda neste mês de julho.

Na próxima etapa do projeto, ao contrário do que vinha ocorrendo, as Turmas Recursais não estarão divididas por matérias. “Pelo sistema, não temos como fazer essa separação, então vocês trabalharão com processos variados”, disse a coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, Márcia Coelho Chaves.

## Monopólio no crédito consignado

O pleno do Tribunal de Justiça julga hoje o mandado de segurança impetrado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado do Maranhão (Sindsep/MA) que pede o fim do monopólio do Banco do Brasil nas operações de crédito consignado para servidores públicos.

O Estado tem aproximadamente 100 mil servidores públicos que, conforme o sindicato, estão impedidos de buscar alternativas para tomar dinheiro emprestado na modalidade com desconto em folha de pagamentos. A categoria alega que o monopólio impede a queda das taxas de juros, pois não existe concorrência com outras instituições financeiras.

Segundo o Sindsep/MA, o governo Estadual vendeu a folha de pagamento por R\$ 250 milhões e determinou, por decreto de dezembro de 2010, que, a partir daquela data, todas as operações bancárias dos servidores deveriam ser feitas exclusivamente com o BB, inclusive de crédito consignado.

Entidades de servidores públicos entraram na Justiça para pedir a abertura do mercado e a primeira delas será julgada hoje. De acordo com o presidente do Sindsep/MA, Cleinaldo Lopes, a situação prejudica os servidores, já que eles não têm a chance de escolher a instituição financeira na qual contratarão o crédito pessoal.

## ■ Livre concorrência

Segundo o Sindsep, além do Maranhão, cinco estados e cerca de 40 cidades mantêm quadro de monopólio. Garante o sindicato que nesses locais existem diversas ações para derrubar o monopólio e que na maior parte das análises do tema por parte dos magistrados, o posicionamento tem sido a favor da autonomia do trabalhador e da livre concorrência no segmento, que é um preceito constitucional.

O caso mais recente foi da Bahia, onde o TJ-BA derrubou a exclusividade do BB por 27 votos a um.

No ano passado, a juíza Luzia Madeiro Nepomucena, da 1ª Vara da Fazenda Pública, concedeu liminar suspendendo o decreto da governadora Roseana Sarney, de dezembro de 2010, que deu a exclusividade para o Banco do Brasil. O governo do Estado foi novamente à Justiça e conseguiu derrubar a liminar.

# Sérgio Tamer participa de divulgação do resultado de projeto realizado pelo DPE

O titular da Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), Sérgio Tamer, acompanhou na manhã de segunda-feira (25), nas dependências da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), o resultado final do projeto "Assistência Jurídica e Integral aos Presos e Familiares". Fruto da parceria entre a DPE e o Ministério da Justiça, o projeto – em dois anos de atuação – atendeu mais de 16 mil detentos e familiares destes nos âmbitos jurídicos e psicossociais, beneficiando, assim, o sistema prisional maranhense.

Tamer afirmou que, além dos próprios internos e familiares deles, o sistema penitenciário maranhense é o maior beneficiário desse projeto. "A Defensoria do Estado, em parceria com o Ministério da Justiça, desde o início vem fazendo um trabalho notável no sistema prisional. E hoje é concluído, de forma positiva, mais uma etapa desta parceria", destacou Sérgio.

O secretário ainda explicou como o projeto beneficia o sistema penitenciário maranhense e consequentemente a própria Sejap. De acordo com Tamer, por conta do projeto hoje o apenado tem a garantia de que o processo dele está sendo visto. "Essa parceria, que resultou na idealização do projeto, garante ao interno que o seu processo esteja sendo



Sérgio Tamer explicou como o projeto beneficia o sistema penitenciário maranhense

visto por advogados qualificados como são os Defensores Públicos", afirmou ele.

**O projeto** – Desenvolvido por uma equipe interdisciplinar, composta por Defensores Públicos, assistentes sociais, psicólogos, dentistas e estagiários de direito, o projeto Assistência Jurídica e Integral aos Presos e Familiares, desde maio de 2010 – quando a parceria foi formalizada – até maio deste ano, atendeu exatos 16.091 apenados e familiares dos mesmos nos campos jurídicos e psicossociais.

Os números mostram que deste total, 10.100 atendimentos foram voltados aos presos e 5.991 a familiares.

Os trabalhos realizados pelos órgãos alcançaram detentos das seguintes unidades prisionais: Casa de Detenção (Cadet); Casa de Custódia Preso de Justiça de Pedrinhas (CCPJ – Pedrinhas); Centro de Detenção Provisória (CDP); Presídio São Luís; Penitenciária de Pedrinhas e o Presídio Feminino.

O defensor geral do Estado, Aldy Melo de Araújo Filho, dis-

se que o objetivo principal do projeto é aproximar a Defensoria Pública do Estado da família do interno, no sentido de trazê-la para fazer parte do processo de ressocialização do apenado. "Precisamos conhecer as pessoas com quem estamos trabalhando, e a melhor maneira é fazermos a inclusão dos familiares destes apenados na Defensoria Pública do Estado", comentou Filho.

Melo ressaltou que o projeto, além de fazer este acompanhamento jurídico processual, visa também prestar o atendimento psíquico social aos presos e familiares. "A Defensoria tem atuado, de forma sistemática, nas duas áreas de Execução Penal na capital. Existem os grupos que atuam dentro e fora das unidades prisionais, garantindo atendimentos jurídicos e psíquicos sociais aos detentos", enfatizou.

**Beneficiados** – A técnica em administração, Antônia Correa, de 50 anos, falou sobre como o projeto acabou beneficiando o enteado, Sidy Clay, que cumpre pena domiciliar. Correa disse que o enteado foi apenas mais um do sistema prisional a ser beneficiado com o projeto. "Ele (o projeto) veio dar suporte, dar acolhimento a família. Quando uma pessoa é presa que sofre é a família, então esse projeto veio fazer a intermediação entre o preso e a família", pontuou ela.

*Deputados aprovam projeto  
que reajusta vencimentos  
de servidores do Judiciário*

---

## Deputados aprovam projeto que reajusta vencimentos de servidores do Judiciário

O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou ontem o projeto que reajusta os vencimentos dos cargos efetivos, estáveis, cargos comissionados e funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário. O

projeto diz em seu Artigo 1º que os vencimentos dos cargos efetivos, estáveis, cargos comissionados e funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão ficam reajustados em

6,34% a partir de 1º de março de 2012. O Artigo 2º do projeto diz que as despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento do Tribunal de Justiça.

❖❖ Corregedoria Geral da Justiça informou ontem que a missa de 7º dia do juiz Raimundo Nonato Sorocaba Martins Filho será realizada às 19h da próxima sexta-feira, dia 29 de junho, na Igreja de Santo Antônio, no Centro de São Luís.

❖❖ **Raimundo Nonato Sorocaba Martins Filho morreu na tarde do último sábado, dia 23, vítima de um infarto. O magistrado tinha 66 anos e era titular do 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís.**

*Vamos começar a trabalhar com os processos eletrônicos. Faremos o treinamento com vocês sobre o Projudi e seguiremos para as próximas edições do projeto”, comentou o corregedor-geral Cleones Carvalho Cunha com os 18 juizes que trabalham no projeto sobre os procedimentos para o julgamento dos embargos e sobre as próximas datas de realização do ‘Pauta Zero’.*